

A MISSÃO DA UNIVERSIDADE-CIDADANIA ¹

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Com erros e acertos, as Universidades estiveram sempre na batalha do saber que levou ao progresso do sonho de Renan, que foi “*organizar cientificamente a humanidade*”. [...] Não apenas a qualificação científica e técnica é uma tarefa fundamental, de tal modo que na OCDE mais de 60% dos jovens atingem esse nível de ensino, mas também as humanidades contribuem para que o *credo do mercado* respeite o *credo dos valores*, e, designadamente, que entre tais valores avulte o de servir o povo a que se pertence, garantindo que a cooperação internacional não implica o corte com os deveres da cidadania.

Talvez, para abordarmos o tema da missão da Universidade, possamos partir da posição mundial da civilização europeia no século XIX, a qual, desde a derrota do projeto unitário de Napoleão, até à sangria de 1914, praticou uma expansão e supremacia mundial, e foi considerada “*A luz do Mundo*”, que Stefen Zweig retrata magnificamente nas *Memórias* que escreveu, exilado no Brasil, antes de cometer o suicídio a que se decidira depois da tomada do poder por Hitler, e que levaria à tragédia da segunda guerra mundial de 1939-1945. Naquele período, as visões de futuro descritas por Ernest Renan foram entusiásticas: em *L’Avenir de la science, pensées de 1848*, escreveu: “*não é pois um exagero dizer que a ciência consolida o futuro da humanidade; que só ela lhe pode dizer a palavra que exprima o seu futuro e a maneira de conseguir tal fim... É sobretudo sob a forma religiosa que o Estado até aqui velou pelos interesses suprassensíveis da humanidade. Mas desde o momento em que a religiosidade do homem venha a ser exercida sob*

¹ Comunicação proferida no âmbito do I ENCONTRO UNIVERSIDADE, CIÊNCIA, CULTURA E CIDADANIA (I EUC3) na Universidade de Aveiro, 10 de novembro de 2015, *Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento*, EUC3 dedicado à temática: *A Missão da Universidade e...competências transversais para a cidadania “glocal” (global e local)*.

a forma puramente científica e cultural, tudo o que o Estado antes entregava à competência da Igreja passará para a da ciência, única religião definitiva. Não haverá mais orçamentos dos cultos, haverá orçamentos de ciência, orçamento das artes”. Em 1864 Pio IX publicou, angustiado, a *Syllabus* denunciando os erros do Mundo Moderno, o I Concílio do Vaticano proclamaria em 1870 a infalibilidade do Papa, e no começo do século XX Pio X condenava o modernismo. Mas, no fim do século, “*Paris reconstruiu uma triunfante Sorbonne*” (J. Carpentier). Depois do desastre de 1914-1918, avaliado em perspectiva com os desastres das guerras de religião e as tentativas de hegemonia entre 1519 e 1660, em que Portugal sofreu o domínio filipino, o período heroico da França entre 1660 e 1740, o crescimento do poderio de Inglaterra, tivemos de sofrer o desastre mundial da guerra de 1939-1945, com os seus 50 milhões de mortos. Todavia, os que anunciaram a reorganização da Ordem Mundial, pareceram tocados pela santidade que não aparecia nos vaticínios de Renan, mas não reduziam as inquietações de Roma, porque se a Europa vítima desse período marcado com a criminosa intervenção de Hitler, não era a “*República das letras*” do século XVIII, ainda tinham uma visão do futuro que encontrava apoio em homens como Chateaubriand, Balzac e Vítor Hugo, ou em nomes como Dostoiévski e Tolstói, expressões maiores de uma formação clássica e humanista, sendo numerosos os Prémios Nobel europeus, e as universidades, sem deixar de honrar os seus humanistas, não descuravam as intervenções de Balzac ou George Sand, Emile Zola, ou atrevimentos como os de Picasso. Para sintetizar, digamos que, vivendo a “*Belle Époque*”, muitos não esqueciam a proclamação de Vítor Hugo: “*Il faut à l’Europe une nationalité européenne*”. Foi esta herança humanista que apoiou, no fim da Primeira Guerra Mundial, o triunfo de Wilson, na Sociedade das Nações, no sentido de tornar real a unidade Estado-Nação, levando ao fim dos Impérios Europeus (Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Turquia), e no fim da segunda, ao desfazer do Império Colonial Euromundista (Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Portugal). Na definição desta herança seria justo não esquecer a hoje chamada História Ibérica da Paz, recentemente publicada e que reuniu o ensino secular dos Mestres de Coimbra, de Évora e de Salamanca, destacando-se também os que missionavam e vieram a ter a maior expressão no Padre Vieira.

Foi esta herança que inspirou a Carta da ONU, e o seu corolário que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, antecedida pela Magna Carta Inglesa, pela Declaração de Independência dos EUA e da Declaração de Filadélfia, e finalmente da Declaração de Direitos da Revolução Francesa, todas relacionadas com a longa teoria dos Projetistas da Paz europeus, em que a história se habituou a salientar Kant. Assim como os estadistas europeus que fundaram a União Europeia esqueceram a *retaliação* contra a Alemanha a favor da *União* para evitar que outro cataclismo viesse a verificar-se, assim na ONU, por mãos exclusivamente ocidentais, a Carta e a Declaração de Direitos, permitiram a Paulo VI que ali fizesse a primeira síntese que se traduziu em afirmar que “o desenvolvimento sustentado é o novo nome da paz”. Podemos dizer que a síntese *Papal* compreendia estes corolários: 1) o mundo único; 2) a terra como casa comum dos homens; 3) a igual dignidade de todos os povos, sem distinção de raça, cultura, ou religião. Os nossos professores peninsulares, de Coimbra, Évora e Salamanca, mereciam por isso serem lembrados, como parte valiosa do humanismo que as Universidades conseguiram incluir no Património Comum da Humanidade, de que tanto se tem ocupado a UNESCO, e várias organizações patrocinadas pela ONU. Todavia, nesta permanente luta entre os textos e a realidade, aconteceu que esta está a levar de vencida os projetos, exigindo uma enérgica e esclarecida intervenção universitária. Em primeiro lugar, porque o projeto do *Mundo Único* está fraturado profundamente pelo que analistas concluem ser “a guerra em toda a parte”; existe uma emergência militar na Ásia, com destaque para a China e a União Indiana; o conjunto dos ocidentais, tendo os EUA em primeiro lugar, com a vitória do “*fraco contra o forte*”, receberam um aviso inquietante com a queda das Torres Gêmeas e a expansão do terrorismo, agora na forma do Estado Islâmico. Podem estudiosos continuar a considerar os *fatores militares* como definidores da hierarquia das potências, pondo até em evidência os projetos dos emergentes: o facto é que o ideal do “*mundo único*”, como disse, apenas vê aprofundar as fraturas². Para não tornar esta exposição inutilmente longa, anotaremos que os riscos de desestabilização nuclear

² C. Le Miere, “*The specter of one Asia Arms race*”, *Survival*, 12-02-2014. Com relação a Portugal, S. Francini, *O fim do Mundo*, Argin, Lisboa, 2002. Quanto à Rússia, Graham Allison (et al), *A guerra na Ucrânia*, D. Quixote, Lisboa, 2015. Para a Índia, *India's Nuclear Tried Finally Coming of Age*, in the *Diplomate*, 12-06-2014.

crecem, designadamente entre os emergentes (Teerão), e que o uso de armas não tripuladas não pode deixar de aumentar a crueldade da guerra pelo objetivo de “*mortos zero*” de parte do agressor, e de falta de contato dos agressores com a imagem das vítimas. Em suma, a *superioridade técnica* não garante a observância do direito, da contenção, nem da vitória. Por outro lado, o valor do pressuposto “*terra morada comum dos homens*”, encontra um desafio inultrapassável pela feição assumida pela área chamada “*desenvolvimento humano*”: a começar pela irradicação da fome, condição básica de sustentação do direito à vida, em que o projeto da ONU para 2005 falhou completamente. Na sua visita deste ano do Papa Francisco à ONU, foram enumerados uns dezassete objetivos, que pouco ou nada diferem do projeto anterior, mas envolvidos pela crise económica e financeira mundial³; mais de metade dos Estados inscritos na ONU não possuem capacidade sequer para responder aos desafios da natureza, como terremotos, *tsunamis*, inundações, ou epidemias. Designadamente, começou a chamada “*batalha pela terra arável*”, que foi chamada no México “*a crise das tortilhas*”, e parece reviver um novo neocolonialismo, rodeado e impulsionado pelas crises ambientais causadas pelos avanços da técnica sem limitação das humanidades. Posto isto, e olhando apenas para o mundo sonhado no fim da guerra, os seus corolários do *Mundo Único* e da *Terra Casa Comum dos Homens*, e lembrando as finalidades que, sobretudo definidas pelos ocidentais, foram enumeradas como preenchendo o caderno de encargos da invenção Estado, compreende-se que o tema da conservada validade e eficácia desse Estado, nas suas várias formas, seja uma inquietação na entrada deste século XXI, sem bússola.

Posto isto, e regressando às premissas, lembremos primeiro que a cidadania foi a conceção da fidelidade a um Estado de que se esperava proteção, uma semântica que substituiu o conceito de *súbdito*, sobretudo depois das revoluções americana e francesa. Por outro lado, alargado o conceito de Péricles (a *cidade*) ao de Lincoln (*povo*), desenvolveu uma igualdade que eliminou a escravatura, a servidão, o trabalho forçado, o indigenato: mas sempre com o enquadramento pela organização

³ FAO, *L'Etat de la Insécurité alimentaire dans le monde*, Roma, 2009.

política, chamada Estado, dotado de soberania, de constituição, de intervenção do povo na gestão. Ora, quando a ONU, alargando a herança em parte recebida da Sociedade das Nações, elaborou a Declaração Universal de Direitos Humanos, também fez circular o conceito de *cidadão do mundo*. Mas a competição das emergências, logo prevista na Carta ao estabelecer a desigualdade dos Estados recolhida no Conselho de Segurança, fez do conceito uma aspiração mais poética que real, quando, na década de 70, os exércitos comunistas, com expressão sobretudo na China, pareceram absorver a Ásia, enquanto que os chamados Dragões (a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Hong-Kong) fizeram aparecer as emergências capitalistas, com mais a espécie de mestiçagem de Deng Xiaoping. Porque não há emergência, em nenhuma época, festejada pela ordem, e sobretudo quando anuncia uma “*Nova Ordem*”, como pretendeu a ONU, a realidade está a multiplicar as experiências, com efeitos negativos no original projeto. Reparemos neste ponto, que estando o mundo a enfrentar uma crise económica e financeira mundial, nunca foi convocado o Conselho Económico e Social da ONU, nem sequer discutido o projeto de o transformar em Conselho de Segurança Económico e Social. Estes elementos parecem suficientes para avançar as seguintes questões, começando por recordar as inquietações que foram provocadas pela evolução rápida dos factos depois da Carta da ONU e da Declaração de Direitos terem sido assinadas: 1) A visão do mundo, que orientou os responsáveis pelos textos, era a da vida, lembrada para sempre por Zweig, das conceções ocidentais do Estado, da soberania, da democracia, do avanço da ciência e da técnica, do desenvolvimento sustentado, dos direitos humanos, da paz; 2) logo de seguida a ordem proposta foi de facto substituída pela Ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA), com guerras marginais no sul, com a capacidade atómica a multiplicar-se, uma Ordem militar que durou até à queda do Muro de Berlim; 3) entretanto, o *Império Euromundista* desmoronou-se, todas as áreas culturais libertadas passaram a falar ao mundo em liberdade pela primeira vez na história. E começaram a perfilar-se os desafios. A Universidade, que teve a responsabilidade das humanidades, desenvolveu as ciências e as técnicas, mas com diminuição do *credo dos valores*, substituídos pelo *credo do mercado*, levando ao que já foi chamado o *capitalismo explosivo*, em direção à crise que alastrou em 2007-2008. E em vez

do *mundo único*, e da *terra casa comum dos homens*, a realidade desencadeou uma teoria de desafios que atingiu a *estratégia* estadual na área do poder, e o *desenvolvimento sustentado* na vida social. Quanto ao primeiro ponto, em que avulta a questão das emergências, os tradicionais poderes que se alinham no Conselho de Segurança, são desafiados quanto à hierarquia das potências pelos *emergentes militares*, destacando-se a Índia, e a China que finalmente ocupou o seu lugar no Conselho, fazendo explodir o seu primeiro engenho nuclear em 1969, não podendo ignorar-se a ambição da Polónia e da Turquia no sentido de desenvolverem o seu complexo militar-industrial, as ambições das monarquias do Golfo, e, para abreviar, um desafio do fraco ao forte de que o terrorismo deu o primeiro testemunho no ataque às Torres Gémeas.

Digamos, que as emergências nunca deixaram de ferir a tranquilidade ao longo da história, e que, nesta viragem do século, vêm acompanhadas por desafios às sociedades humanas, desmedidos em relação ao passado: o planeta anuncia não ter dimensão suficiente, ameaçado pelos problemas ecológicos, os BRICS são uma realidade que leva a perguntar se, por exemplo, o Brasil, a Rússia, a Índia, serão líderes que farão esquecer no futuro a supremacia dos EUA e da *“Europa Luz do Mundo”*. A questão das *potências*, defronta-se, em relação à *“terra casa comum dos homens”*, com o facto de que (Stephane Parmentier) *“a irradiação da fome é um voto piedoso”*, que a batalha pela terra arável já começou, e que em face da doutrina dos *“mortos zero”* no caso de conflitos armados, os engenhos não tripulados ameaçam fazer crescer a crueldade dos combates. Talvez não seja sem fundamento reconhecer que de facto *“a desordem mundial”* é o retrato deste *“Século sem Bússola”*, que tal situação foi presidida pelo *uso da ciência e da técnica* sem um *paradigma* de valores (Hans Kung) que orientasse a ação, que os valores instrumentais da *eficácia* superaram o *credo dos valores*, eliminados pelo *credo do mercado*. Com erros e acertos, as Universidades estiveram sempre na batalha do saber que levou ao progresso do sonho de Renan, que foi *“organizar cientificamente a humanidade”*, despertando todavia os riscos que Pio IX enumerou na *Syllabus* (1864), na qual a ameaça mais severa foi expressa com a precipitação dos povos *“na corrupção dos costumes e do espírito, e propagação da peste do indiferentismo”*. Quando vemos e

sofremos a transformação do Mediterrâneo num cemitério, a guerra em toda a parte, designadamente do Cabo ao Cairo, tudo movimentado por uma *organização económica* criminosa e próspera, não teremos seguramente dúvidas em que, vista a situação de pousio em que se encontra a ONU, e os poderes ou *anónimos* ou não cobertos por lei ou tratado a gerir com proveito a crise económica e financeira, não ficaremos pela conclusão do Papa Francisco de que “*esta economia mata*”, porque não é loucura entender que a leitura do Holocausto chama ao dever de uma revisão humilde do que sabemos, do que sabemos fazer, que limites morais e legais devem estabelecer-se aos *valores da eficácia*. Tudo evidencia que a evolução do globo, fraturados os princípios de “*um só mundo*”, e da “*terra casa comum dos homens*”, obriga a meditar sobre as “*metamorfoses do poder militar*” (Oliver Zajec), a compreender que a soberania é um conceito que abriga uma pluralidade de poderes que nem todos os Estados possuem (militar, científico, técnico, cultural). Quanto aos primeiros é visível que se procuram formas de regionalismo abrangente de vários Estados, dos quais o melhor exemplo é a União Europeia, que ultrapassa na conjugação e transferência de poderes o modelo das alianças, que não repetirá necessariamente o modelo da federação dos EUA, ou da Suíça, e que qualquer das experiências, imaginadas ou experimentadas, levaram à conclusão, crescentemente participada, de que a *estratégia do saber é um departamento fundamental da moderna soberania*, e da consagração do *paradigma comum* que chamamos *igual dignidade dos povos*.

E por isso o ensino superior, e a investigação são, no domínio da cooperação ou da competição entre as velhas potências e os emergentes de várias espécies, o que conduz a esta convicção: o ensino superior e a investigação são, repetimos, *matérias de soberania* e não de *mercado*, salientando que não há nem desenvolvimento sustentado nem segurança baseadas na comunhão de afetos da população sem esse cimento, que na forma mais perfeita se chama nacionalidade, preservada pelos valores partilhados. As Universidades, que foram, desde o seu aparecimento, instrumentos fundamentais da criação dessas unidades que são as nações, são agora chamadas, com o exemplo dos EUA, a assumir uma função que os emergentes já compreenderam a partir do exemplo das antigas grandes

potências. Logo, não apenas a qualificação científica e técnica é uma tarefa fundamental, de tal modo que na OCDE mais de 60% dos jovens atingem esse nível de ensino, mas também as humanidades contribuem para que o *credo do mercado* respeite o *credo dos valores*, e, designadamente, que entre tais valores avulte o de servir o povo a que se pertence, garantindo que a cooperação internacional não implica o corte com os deveres da cidadania: apoiar os melhores talentos, mantê-los ativos e prestigiados no seu país, fortalecer o prestígio e a atratividade entre os estrangeiros, não desconhecendo que os líderes ocidentais proeminentes sustentaram a ambição de submeter o ensino superior ao regime de liberdade comercial. Estamos portanto na área de *soberania*, que, está hoje limitada pelo “*mundo único*”, e que, em relação à situação portuguesa, implica não esquecer os países de língua portuguesa, e a importância da Língua. Em face da real hierarquia das potências, a racionalização da rede nacional (pública, privada e cooperativa, universitária e politécnica, militar, religiosa) é visivelmente uma exigência agravada pela crise económica e financeira mundial, o que também exige atenção à *transdisciplina*, imposta pela multiplicação e avanço das áreas de investigação e ensino, que não pode ser ignorada. O livro do Reitor Seabra, da Universidade de Coimbra, sobre este ponto crítico, pode servir de ponto de partida. Já temos alguns exemplos, por exemplo as licenciaturas duplas. Trata-se também, neste domínio, de conhecer, projetar, desenvolver, as janelas de liberdade que ainda possuímos, que não são apenas a presença ativa na CPLP e no IILP, mas também a plataforma continental e o mar. A estratégia do saber é hoje o reduto mais importante da soberania nacional, ou talvez, atendendo ao “*mundo único*”, da identidade nacional num mundo de igual dignidade das nações, etnias, religiões, e culturas.

Universidade de Aveiro, 10 de novembro de 2015